

CHEGOU A CONTA DO REAL

Malan e Kandir anunciam hoje pacote que inclui corte de gastos e aumento de impostos. Economia será de R\$ 20 bilhões

O presidente Fernando Henrique Cardoso aprovou ontem à noite as 40 medidas destinadas principalmente a manter a confiança dos investidores e evitar fuga maciça de capitais internacionais por causa da crise nas bolsas. O ajuste fiscal tem como objetivo impedir que a taxa de juros de 3,05%, fixada na semana passada pelo Banco Central, tenha que ser mantida por muito tempo, inviabilizando o funcionamento da economia. O BC elevou os juros exatamente para garantir o financiamento do déficit externo, de aproximadamente US\$ 33 bilhões.

Com as medidas de aperto a serem anunciadas hoje (veja quadro), o governo provocará queda na atividade econômica, inibirá as importações e incentivará as exportações. Com isso, tentará reforçar as reservas cambiais, sem ter que desvalorizar a moeda.

"São medidas estritamente localizadas para defender a condição de gerenciamento do Plano Real", afirmou o ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, ao chegar ao prédio do Ministério da Fazenda, no final da manhã. Ele participaria da reunião preparatória realizada com as equipes dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir. Às 15h40 os ministros chegaram ao Palácio da Alvorada para a reunião com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que só foi encerrada às 20h50. Do encontro participaram também o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, o presidente do BNDES, Luis Carlos Mendonça de Barros, o secretário especial da Presidência da República, André Lara Resende, e vários integrantes do segundo escalão da área econômica.

"Este conjunto de medidas tem ações tanto do lado do corte dos gastos, quanto do aumento de tributos, e deverá produzir um ganho fiscal da ordem de R\$ 20 bilhões", afirmou o porta-voz da presidência, Sérgio Amaral, ao final da reunião. "Não haverá medidas que possam significar qualquer ruptura da ordem, qualquer infração aos direitos, nem

medidas que não estejam inteiramente dentro das possibilidades dos ministérios da Fazenda, do Planejamento e do governo". Sérgio Amaral negou que o governo vá promover aumento de tarifas públicas, mas confirmou a elevação da carga tributária. "Haverá aumento de impostos", disse o porta-voz, sem especificar quais serão. E encerrou a entrevista.

Antes da reunião, o ministro Antônio Kandir disse que o objetivo maior é que o real permaneça como uma moeda forte. "A população brasileira tem se beneficiado muito de uma moeda forte, e estamos vivendo um momento internacional que exige grande cautela", assinalou.

A interlocutores, Fernando Henrique admitia, ontem, estar "no córner" e que sair dessa crise era o maior desafio do seu governo. Ele disse também que seu objetivo é produzir um superávit primário (receitas menos despesas, excluídos os encargos financeiros) de 1,5% a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1998.

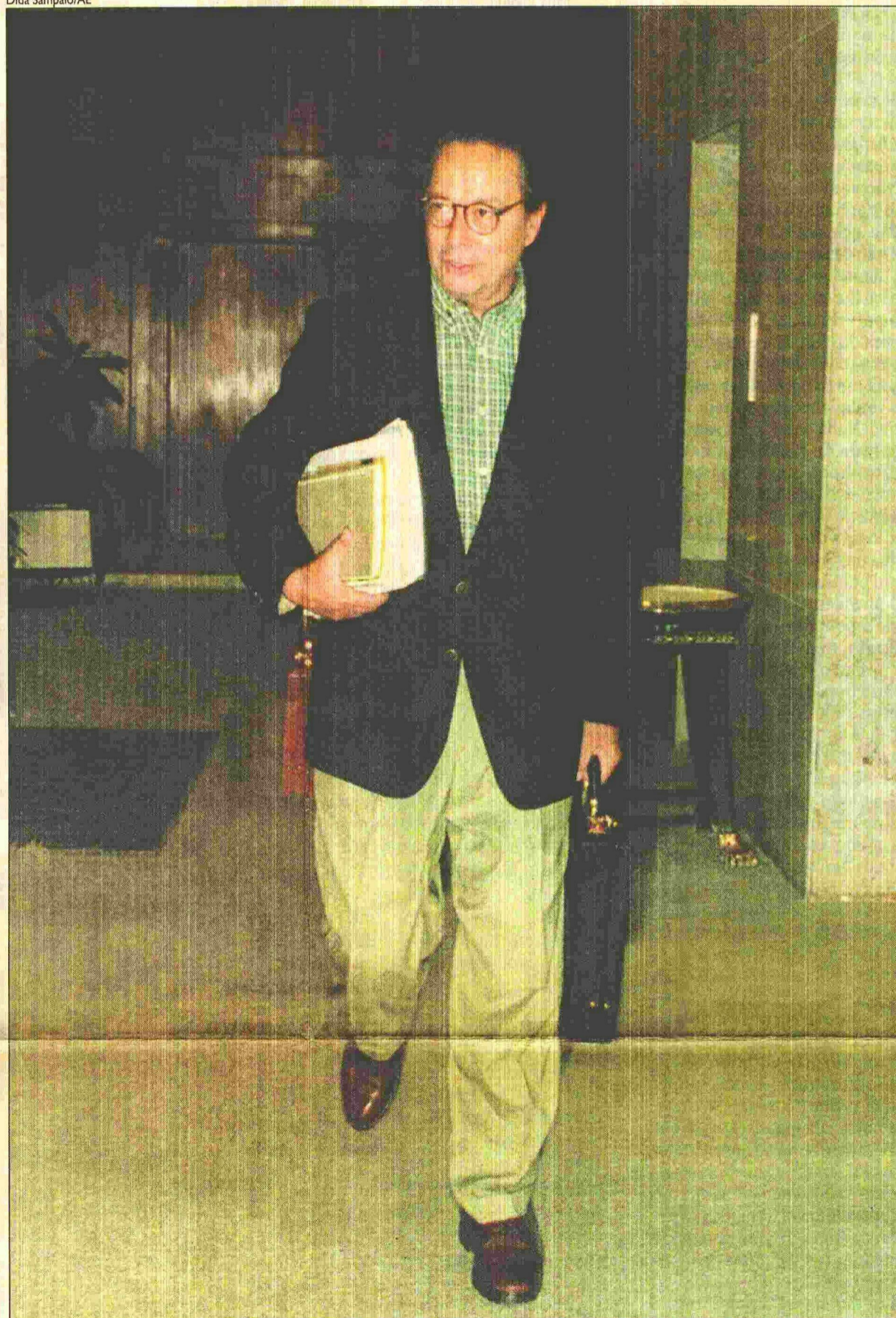
Para isso, o governo poderá lançar mão até de cortes no programa Brasil em Ação, que injetará recursos na área social e é um dos grandes trunfos de Fernando Henrique na campanha eleitoral do ano que vem. O governo poderá também buscar recursos no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

DÍVIDAS

"Não temos outra saída, na medida em que a crise das bolsas reduziu o capital para financiar a nossa dívida", opina o economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ex-diretor da Área Externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas. Ele explica que, depois do real, o governo se endividou muito em dólar para financiar o consumo e o investimento. Com a fuga de capitais, o País pode ficar em apuros para pagar a dívida externa e as despesas com importação. "É preciso ver agora quem vai pagar essa conta e o governo vai ter de decidir politicamente quem terá de perder", afirma Freitas.

O economista diz ainda que, com os cortes de despesas do governo e o

Dida Sampaio/AE



Malan, ao sair do ministério rumo ao Palácio da Alvorada: dois dias de reuniões para fechar o pacote

aumento de impostos, as empresas vão investir menos, contratar menos gente e até demitir funcionários. O menor poder de barganha dos trabalhadores levará a arrocho salarial, o que diminuirá os custos

dos exportadores. Os produtos brasileiros ficarão portanto, mais baratos, aumentando as vendas externas e o ingresso de divisas.

O economista Paulo Nogueira Batista, também da FGV, diz que o

aperto é inevitável, mas terá um custo maior porque o governo demorou a agir. Ele acha que depois de arrumar a casa o governo deveria acelerar a desvalorização do real para aumentar os ganhos dos exportadores.

Demissões podem atingir 33 mil

O governo deverá demitir entre 25 mil a 33 mil servidores públicos federais não-estáveis, como parte do pacote fiscal que será anunciado hoje. Um graduado assessor do Ministério da Administração Federal calcula que a economia anual com essas dispensas deve girar em torno de R\$ 300 milhões. A proposta foi feita ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso durante reunião no Palácio da Alvorada.

De acordo com técnicos do governo, os funcionários públicos que estão na mira da caneta do governo ocupam funções da chamada área meio, ou seja, desempenham funções de baixa qualificação dentro da máquina do setor público. Entre os órgãos que serão mais afetados com as demissões estão a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Fundação Nacional de Saúde (FNS) e a Escola Superior de Administração Pública (Enap).

SEM CONCURSO

Os setores do governo considerados indispensáveis para o bom andamento da administração pública, como as secretarias do Tesouro Nacional e do Orçamento, serão poupados dos cortes de pessoal. Os funcionários a serem demitidos recebem, em média, salário mensal que varia entre R\$ 1.100 e R\$ 1.300. Entre os funcionários não-estáveis, estão aqueles que entraram no serviço público sem prestar concurso.

As contas do grupo que vem trabalhando nos últimos dias no conjunto de medidas fiscais apontavam para um total de até 70 mil servidores federais sem estabilidade no emprego, portanto, passíveis de demissão. Este número, no entanto, abrange funcionários que atuam em áreas estratégicas do governo e também servidores recém-concursados que ainda se encontram em estágio probatório. Esses dois grupos serão poupados do corte.

O pacote de demissões, entretanto, não vai se reverter em economia para o governo a curtíssimo prazo. Isso porque os funcionários demitidos terão direito a uma indenização que equivale a um salário por ano trabalhado no setor público. Os técnicos consideraram ainda que a dispensa de servidores é uma tarefa demorada, que dificilmente será implementada já a partir deste ano.